

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.531 - RS (2019/0231907-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **OI S.A**
ADVOGADOS : **TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931**
 DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378
 CARINA BELLOMO DA SILVA - RS080393
 LETÍCIA DA SILVA RODRIGUES - RS111918
EMBARGADO : **JUSSARA SCHNORR MULLER**
ADVOGADOS : **ANDRESSA CRISTINA CABRAL - RS079056**
 FÁBIO SCHEUER KRONBAUER - RS077946

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por OI S.A. à decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial em virtude da incidência da Súmula nº 7/STJ (e-STJ fls. 463/466).

Alega a embargante que a decisão atacada incorreu em contradição ao deixar de observar que o *quantum debeatur* será definido com o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença, o que ainda não ocorreu.

Aduz que

"(...) o fato de haver valor incontroverso, não impede que este, seja devolvido à Cia, visto que tal requerimento ter por base a NOVAÇÃO dos créditos, em razão da homologação do Plano de Recuperação Judicial, pois os valores foram depositados a título e GARANTIA DE JUÍZO, e não pagamento espontâneo de condenação" (e-STJ fl. 471).

Menciona que o acórdão utilizado pela decisão embargada se refere a valores pagos de forma espontânea, em que o trânsito em julgado ocorreu antes de 20/6/2016, o que não é o caso dos autos.

Reitera a alegação de que a homologação do plano de recuperação judicial implica na novação de todos os créditos a ela sujeitos, sendo crédito habilitado por incidente próprio.

Ao final, requer o acolhimento do recurso, pugnando pelo levantamento imediato dos valores a seu favor em razão da novação do crédito devido à embargada, o qual deverá ser habilitado no plano da recuperação judicial após o trânsito em julgado da decisão que o definir.

A parte embargada ofereceu impugnação (e-STJ fls. 478/480).

É o relatório.

DECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Não colhe a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

Consoante o art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis para (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz, de ofício ou a requerimento, incluindo-se as condutas descritas no artigo 489, § 1º, do CPC/2015, que configurariam a carência de fundamentação válida, e (c) corrigir o erro material.

A decisão embargada esclareceu que esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ alterar a conclusão do aresto proferido na origem de que, em relação à soma incontroversa, *"tanto o depósito dos valores quanto a decisão que definiu o quantum debeatur ocorreram em data anterior ao ingresso do pedido de recuperação judicial pela ré, ora recorrente"* (e-STJ fl. 464).

Assim, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não sanar contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator